

Águas e Energia do Porto, E.M.  
NIF: 507718666  
Rua Barão de Nova Sintra, 285  
Apartado 3504 | 4300-367 Porto  
Tel. +351 22 519 08 00  
Fax: +351 22 519 05 50  
geral@aguasdoporto.pt  
www.aguasdoporto.pt



## Programa de Concurso



**Aquisição de Serviços de:**

**Segurança no Trabalho para a AEdP**

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL N.º 795CPI25**

## DISPOSIÇÕES GERAIS

### Artigo 1.º **Entidade Adjudicante**

CMPEAE - EMPRESA DE ÁGUAS E ENERGIA DO MUNICIPIO DO PORTO, E.M., abreviadamente denominada por Águas e Energia do Porto E.M., sita na rua Barão de Nova Sintra, 285, Porto, Pessoa Coletiva n.º 507718666, matriculada na Primeira Conservatória do Registo Comercial do Porto.

### Artigo 2.º **Decisão de contratar**

Por deliberação do Conselho de Administração da Águas e Energia do Porto, E.M., datada de **06/06/2025**.

### Artigo 3.º **Prevalência**

- 1 – As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes das plataformas eletrónicas de contratação, em caso de divergência.
- 2 - As indicações constantes do convite ou programa do procedimento, do caderno de encargos e da memória descritiva prevalecem sobre as indicações do anúncio em caso de divergência.
- 3 – As indicações constantes do caderno de encargos e da memória descritiva prevalecem sobre as indicações do convite ou programa do procedimento.

### Artigo 4.º **Plataforma eletrónica**

- 1 - O procedimento decorre na Plataforma Eletrónica Acingov, em <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>, onde devem ser apresentados as propostas, submetidos os relatórios preliminar e final, solicitadas as pronúncias e pedidos de esclarecimento, e respetivos documentos de habilitação, assim como todas as notificações do procedimento, minuta e contrato.
- 2 - Todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente, deverão ser assinados eletronicamente, com certificado válido, pelo mesmo ou por quem tenha poderes para o obrigar, devendo ser comprovada esta qualidade, ao abrigo da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.



### Artigo 5.º **Esclarecimentos e erros e omissões**

1 - Quaisquer esclarecimentos ou erros e omissões relativamente a este Programa de Concurso e ao Caderno de Encargos em anexo, deverão ser solicitados, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, nos termos do número 1 do artigo 50.º do CCP.

2 - Em regra, as respostas aos pedidos de esclarecimento e listas de erros e omissões apresentados pelos interessados terão lugar até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou, se tal prazo não for observado, excecionalmente serão prestadas nos termos e com as consequências previstas no artigo 64.º do CCP.

3 - De acordo com a alínea a) do número 5 do artigo 50.º do CCP, compete ao responsável pela apreciação da proposta responder aos pedidos de esclarecimentos apresentados, desde que as referidas respostas não impliquem alterações às peças de procedimento.

4 - Compete órgão identificado no artigo 2.º do presente Programa de Concurso responder a todas as demais situações não incluídas no número anterior, o órgão competente pela Decisão de Contratar, deve responder a todas as demais situações, não incluídas no número anterior.

5 - O prazo definido no número 2 do presente artigo pode ser alterado nas disposições particulares deste Programa de Concurso, nos termos da alínea a) do número 5 do artigo 50.º do CCP.

6 - De acordo com o número 2 do artigo 50.º do CCP, consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

7 - A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

8 - O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no número 3 do artigo 378.º do CCP.



#### Artigo 6.º **Modo e idioma de apresentação da proposta**

- 1 - Os documentos são obrigatoriamente redigidos na língua portuguesa, e serão apresentados no original ou em cópia simples, conforme estabelecido no artigo 58.º do CCP.
- 2 - Os documentos a que se refere o número 3 do artigo 57.º do CCP poderão ser redigidos em língua estrangeira, se assim for admissível nos termos do artigo 12.º do presente Programa de Concurso.

#### Artigo 7.º **Documentos de habilitação do adjudicatário**

- 1 - O adjudicatário deverá apresentar os documentos de habilitação exigidos nas alíneas seguintes no prazo de **5 (cinco)** dias úteis a contar da data de notificação da adjudicação:
  - a) Declaração emitida conforme o modelo a que se refere a alínea a) do número 1 do artigo 81.º do CCP, de acordo com o seu Anexo II;
  - b) Documentos comprovativos em como não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do CCP:
    - i) Registo criminal para efeitos de contratação pública, da empresa, do(s) titular(es) dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência;
    - ii) Certidão da Conservatória do Registo Comercial (Código de acesso à Certidão Permanente) ou Declaração de Início de Atividade;
    - iii) Declaração da situação regularizada relativamente às contribuições para a Segurança Social;
    - iv) Declaração da situação regularizada relativamente aos impostos perante o Estado.
  - c) Identificação (nome completo, n.º do cartão de cidadão) do (s) representante(s) que irá(ão) outorgar o contrato em nome da Empresa de acordo com o estabelecido na Certidão Permanente, devendo também, ser mencionado se o(s) representante(s) dispõe(m) de certificado válido para assinar digitalmente o contrato;
  - d) Documento comprovativo da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução do objeto do presente contrato, de acordo com o estabelecido pelo artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro (caso aplicável).
  - e) Documento comprovativo do registo no RCBE, ou o respetivo código de acesso (caso aplicável), tendo em atenção o disposto na alínea b), do número 1 do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º



89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.

2 - Para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados e que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, será concedido o prazo adicional e no máximo de **5 (cinco)** dias.

3 - Quando se verificarem as situações previstas no número 1 do artigo 86.º do CCP, por facto que não seja imputável ao adjudicatário, será concedido o prazo adicional e no máximo de **5 (cinco)** dias, para apresentação dos documentos de habilitação, nos termos do número 3 do mesmo disposto legal.

4 - Os documentos de habilitação devem cumprir o estabelecido na Portaria n.º 372/2017.

5 - O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do número 1 do artigo 81.º do CCP se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

#### Artigo 8.º **Recurso ao Ajuste Direto**

De acordo com o estabelecido na alínea q) do número 1 do artigo 132.º do CCP, a entidade adjudicante reserva-se no direito de recorrer ao Ajuste Direto, nos termos do disposto na alínea a) do número 1 do artigo 25.º ou nos termos do disposto na alínea a) do número 1 do artigo 27.º do mesmo disposto legal, quando for o caso.

#### Artigo 9.º **Casos omissos e legislação aplicável**

1 - Para todas as matérias não expressamente reguladas relativas ao presente procedimento, observar-se-á o disposto no CCP e demais legislação aplicável.

2 - Nos termos do Regulamento UE 2016/679, de 27 de abril (RGPD), na sua última redação e demais legislação aplicável, os dados pessoais que tenham de ser recolhidos no âmbito do presente procedimento estão sujeitos à Política de Proteção de Dados Pessoais definida pela entidade adjudicante, que pode ser consultada em [www.aguasdoporto.pt](http://www.aguasdoporto.pt) e reguladas no Anexo

- Tratamento e Proteção de Dados Pessoais.



## DISPOSIÇÕES PARTICULARES

### Artigo 10.º **Objeto**

O presente procedimento tem por objeto a Aquisição de Serviços de Segurança no Trabalho para a AEdP, nos termos e condições do Caderno de Encargos anexo.

### Artigo 11.º **Critério de adjudicação**

1 - O critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa, na **modalidade multifator**, a aferir de acordo com o **Anexo A**.

2 - Em caso de empate o critério de desempate será o preço mais baixo.

3 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão as mesmas classificadas por meio de sorteio aleatório presencial, com a presença de todos os representantes de todos os concorrentes empatados, que serão notificados para o ato público, a realizar nas seguintes condições:

a) A sessão para a realização do sorteio será agendada e notificada aos concorrentes com, pelo menos, 3 (três) dias úteis de antecedência, com a indicação da data, da hora e do local da sua realização.

b) O sorteio será efetuado pelos membros do júri.

c) Em caso de não comparência de representante legal de concorrente em situação de empate, o sorteio realizar-se-á na sua ausência após 30 (trinta) minutos da hora previamente agendada.

d) A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes.

e) Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração.

f) A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada.

g) O júri elaborará uma ata que documentará os trabalhos efetuados na referida sessão e os resultados do sorteio, ata essa que será apensa ao processo de contratação e e divulgada por todos os concorrentes.



## Artigo 12.º **Documentos da proposta**

A proposta a apresentar pelos concorrentes deverá conter os seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível para preenchimento na Plataforma Eletrónica.
- b) Proposta técnica, onde constem os seguintes elementos:
  - i) Quanto à equipa técnica afeta à prestação de serviços, deverá ser disponibilizado, de cada um dos técnicos propostos:
    - Título profissional nível VI ou superior válido e reconhecido pela ACT;
    - Certificado de Competências Pedagógicas (CCP) de Formador;
    - Certificados de formação nas áreas identificadas (se aplicável);
    - Currículo que evidencie a experiência do TSST (se aplicável).
- c) Proposta financeira, de acordo com o **mapa de quantidades** previsto no Caderno de Encargos do procedimento em apreço, onde conste:
  - i) Os preços unitários e globais do objeto de contrato. O preço total será indicado em algarismos, até às centésimas e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência. Os preços poderão ser apresentados até às centésimas;
- d) Outros documentos que possam ser considerados relevantes para melhor avaliação da proposta.

## Artigo 13.º **Garantia do cumprimento das obrigações contratuais**

Quando não seja exigível caução, face ao valor do contrato a celebrar, nos termos do número 2 do artigo 88.º do CCP, por forma a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações por parte do adjudicatário, o contrato encontra-se sujeito a uma retenção de **10%** (dez por cento) sobre todas as situações de pagamento a efetuar.

## Artigo 14.º **Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

Decorrido o prazo de **66** (sessenta e seis) dias, contados, nos termos do artigo 470.º CCP, cessa, para o concorrente que não haja recebido comunicação de lhe haver sido adjudicado o presente procedimento, a obrigação de manter a respetiva proposta.

## Artigo 15.º **Data-limite para a apresentação da proposta**

As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentadas no prazo de **30** dias a contar da data de envio para publicação.



#### Artigo 16.º **Propostas variantes**

Não serão admitidas a apresentação de propostas variantes.

#### Artigo 17.º **Documentos de habilitação especiais**

Não aplicável.

#### Artigo 18.º **Lotes**

Não aplicável

#### Artigo 19.º **Preço Anormalmente Baixo**

Não aplicável.

#### Artigo 20.º **Adjudicação acima do preço base**

Nos termos do número 6 do artigo 70.º do CCP, quando todas as propostas forem excluídas pelo motivo constante da alínea d) do número 2 do artigo 70.º do mesmo disposto legal, excecionalmente e por motivos de interesse público devidamente fundamentados, poderá ser adjudicada a proposta, que entre as propostas excluídas, o preço proposto não exceda em mais de **20%** (vinte por cento) o montante do preço base e seja ordenada em primeiro lugar.

#### Artigo 21.º **Visita/Reunião**

Os concorrentes podem solicitar uma visita/reunião no decorrer do 1.º terço da fase de apresentação de propostas.

#### Artigo 22.º **Regulamento Interno de Fornecedores**

A apresentação de proposta pelos concorrentes, importa a aceitação tácita do Regulamento Interno de Fornecedores, disponível para consulta em [www.aguasdoporto.pt](http://www.aguasdoporto.pt), o qual contem as regras e os requisitos relativos ao desenvolvimento do seu objeto, e que assume, de modo informado e voluntário, o compromisso de o cumprir integralmente.

#### Artigo 23.º **Consulta Preliminar ao Mercado**

Não aplicável.

